

Clipping Diário

TJPI



02.10.2018



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O Dia	02.10.2018	-	-

Roda Viva

Da equipe • jornal@portalodia.com

Só na pressão!

Foi preciso o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, assinar um despacho dando um ultimato aos desembargadores do Tribunal de Justiça do Piauí para que eles, enfim, finalizassem o julgamento do mandado de segurança que estava travando a conclusão do concurso para Atividade Notarial e de Registro no Piauí (o concurso dos cartórios). O bate-boca entre dois magistrados da Corte de Justiça estadual durante a sessão desta segunda-feira é "café pequeno" em comparação à injustificável morosidade com que os desembargadores apreciaram a ação referente ao imbróglio dos cartórios. Recentemente, um dos magistrados chegou a fazer galhofa ao dizer que não tinha pressa nenhuma em concluir o julgamento. Para o alívio das centenas de candidatos inscritos no certame, o CNJ interveio e moralizou o processo.

DECISÃO



Após pressão do Conselho Nacional de Justiça e cinco anos de demora, a corte resolveu chegar a um resultado sobre o certame

TJ-PI conclui julgamento do concurso dos cartórios

Decisão ainda cabe recurso, no entanto, dá aval para continuação do concurso

Cicero Portela
Repórter

Mais de cinco anos após ter seu edital lançado, o concurso para Atividade Notarial e de Registro no Piauí (o concurso dos cartórios) deve, enfim, ser finalizado. Em sessão realizada ontem (1º), os desembargadores concluíram o julgamento que impedia o andamento do certame.

A tese do relator, desembargador Joaquim Santana, foi vitoriosa por maioria de votos. Ele se manifestou pela procedência do mandado de segurança ajuizado por quatro candidatos, que pediram a anulação do edital nº 32 do concurso, de 30 de setembro de 2016.

O citado edital estabeleceu que, para fins de aferição de pontos na prova de títulos, somente seria admitida a apresentação dos títulos adquiridos até a data da publicação do edital de abertura do concurso, 19 de julho de 2013.

Em dezembro de 2017, o Conselho Nacional de Justiça confirmou a legalidade e legitimidade do critério adotado

pela comissão organizadora do concurso, conforme estabeleceu o edital de setembro de 2016.

Ainda assim, a maioria dos desembargadores apresentou interpretação contrária.

Joaquim Santana ressalta que a judicialização da questão ocorreu antes de o CNJ apresentar seu entendimento. O desembargador afirma, ainda, que desde março deste ano havia apresentado seu voto.

O magistrado ressalta, ainda, que o acórdão deve ser publicado em até dez dias, e que ainda cabe recurso contra a decisão do colegiado.

Pressão

Com cinco anos de lançamento de edital, e mais de

dois anos de judicialização do caso, a decisão dos desembargadores só saiu agora, em outubro de 2018, depois que o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, assinou um despacho, no dia 19 de setembro, no qual deu um prazo de quinze dias para que o Tribunal de Justiça do Piauí concluísse o julgamento do processo.

No dia 20 de agosto o julgamento havia sido adiado por um pedido de vistas feito pelo desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho. Cerca de um mês depois, no dia 17 de setembro, o julgamento voltou a ser adiado, porque Paes Landim faltou à sessão.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O Dia	02.10.2018	-	-

Sebastião Ribeiro Martins é eleito para a presidência do Tribunal de Justiça do Piauí no biênio 2019/2021

Breno Cavalcante
Especial para O DIA

João Magalhães, Maria Clara e Nathalia
Amaral
Repórteres

Assis Fernandes/O DIA

Um bate boca entre os desembargadores Ricardo Gentil e Erivan Lopes, atuais corregedor e presidente do Tribunal de Justiça, marcou a eleição para presidência do órgão para os próximos dois anos. O eleito, Sebastião Ribeiro Martins, obteve 19 votos, houve uma abstenção.

Os impasses se iniciaram após Gentil se abster de votar por não concordar com a mudança no regimento interno da Casa, que permitiu ao desembargador Sebastião Martins concorrer à eleição. Martins é vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PI) e assumiu a presidência do órgão após o desembargador Paes Landim ter que deixar o cargo.

Para Gentil, o desembargador Sebastião Ribeiro Martins deveria pedir exonera-



Desembargador obteve 19 votos e vai comandar corte pelo próximo biênio - 2019/2021

ção do TRE antes mesmo da eleição para presidente, e não somente às vésperas da posse, como prega o atual regimento do TJ. O magistrado relatou mágoa da forma como o processo foi tocado.

Ao tomar a fala, Erivan Lopes acusou Ricardo Gentil de não ter o equilíbrio emocional para presidir o Tribunal de Justiça. "Pra sentar nesta

cadeira (de presidente) é preciso ter equilíbrio emocional, ser racional, e ter a tolerância para aceitar insultos absurdos e injustos que possam aparecer. É por isso... a história está mostrando que vossa excelência não está preparado... vossa excelência discute como se reunisse em si, exclusivamente, só você, todas as virtudes... vossa excelência discursou

sobre integridade, disse que integridade é ser honesto, mas também é ser coerente", pontuou Erivan Lopes.

Em meio ao discurso de Erivan, Ricardo Gentil utilizou o microfone para dizer que "Vossa excelência (Erivan) sabe o que fez. Vossa excelência tem que respeitar o sentimento dos outros... é um desabafo", concluiu.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	02.10.2018	-	-

Sebastião Ribeiro Martins é eleito presidente do TJ-PI

Os novos eleitos assumem seus cargos dia 7 de janeiro de 2019.



DEBORA DAYLLIN
JORNALISTA

01/10/2018 13h35 - atualizado 14h32



Desembargador Sebastião Ribeiro Martins é eleito presidente do TJ

Divulgação/Asscom



O Pleno do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) elegeu em meio a discussões nesta segunda-feira (1^ª), o desembargador **Sebastião Ribeiro Martins** como novo Presidente do Tribunal para o biênio 2019-2020. A nova diretoria é formada ainda pelo desembargador Haroldo Rehem (vice-presidente), desembargador Hilo Almeida (Corregedor Geral da Justiça) e Oton Mário Lustosa (vice-Corregedor).

O novo Presidente do TJ-PI, Sebastião Martins reforçou sua fala durante a sessão de eleição e afirmou que trabalhará para aumentar a produtividade no tribunal.

“Vamos trabalhar para aumentar a produtividade dos magistrados e servidores, que é a Meta 1 do CNI. Se um juiz recebe 1.000 processos, deverá julgar 1.001. Estamos recebendo um Judiciário estruturado e isso vai facilitar nossas ações. A outra meta é fortalecer a política de mediação e conciliação, com a ajuda dos magistrados, para que desafogemos o Judiciário, evitando que mais ações cheguem até nós, e buscando conciliar as demandas já existentes. Esta política é novidade e deve ser encarada como prioridade”, afirmou o atual presidente do TRE-PI.

Os novos eleitos assumem seus cargos dia 7 de janeiro de 2019. Para assumir a nova função, Sebastião Martins, deverá renunciar ao cargo que exerce atualmente no Tribunal Regional Eleitoral.

Votação

Para vice-presidente, corregedor e vice-corregedor a votação foi unânime, sendo totalizado 19 votos, tendo em vista a ausência justificada do desembargador Ribamar Oliveira. Para presidente, foram 18 votos, havendo uma abstenção por parte do desembargador Ricardo Gentil.



A discussão durante a votação se iniciou quando o desembargador Ricardo Gentil criticou o critério de antiguidade utilizado para justificar a escolha de Sebastião Martins para o cargo. O atual presidente do TJ-PI, [Erivan Lopes](#), discordou das colocações do colega desembargador e disse em uma de suas falas que é preciso ter “equilíbrio emocional”.

“Para sentar nesta cadeira (presidência), tem que ter equilíbrio emocional, racional e ter tolerância até para aceitar os insultos mais absurdos e injustos que possam parecer. Por isso que vossa excelência não esta sendo hoje eleito para ser presidente, porque o tempo e a história mostra que você não está preparado”, disse se referindo ao colega Ricardo Gentil.

Neste momento, Gentil interrompeu o presidente e afirmou: “você não me intimida, se a carapuça serviu”, rebateu.

O presidente refutou: “tenha educação, eu não lhe dei a palavra”, e continuou seu discurso.

Continuidade

A nova Diretoria substituirá a atual, formada pelos desembargadores Erivan Lopes (Presidente), Ricardo Gentil (Corregedor Geral da Justiça), José James (Vice-Presidente) e Brandão de Carvalho (vice-corregedor).



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	02.10.2018	-	-

[Piauí reduz número de presos provisórios no sistema penitenciário, diz TJ](#)

O número de presos provisórios reduziu em 27,53% nos últimos nove anos, conforme levantamento feito pelo Tribunal de Justiça do Piauí com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em fevereiro de 2009, o Piauí tinha segundo maior percentual de presos provisórios do país, com 71,16%, perdendo apenas para Alagoas. Neste ano, o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0, do CNJ, o percentual piauiense foi reduzido para 43,63%.

De acordo com o presidente do TJ, desembargador Erivan Lopes, a grande redução é resultado do esforço de magistrados e servidores e das melhorias estruturais do Poder Judiciário, como os concursos e nomeação de juízes e pessoal das secretarias das unidades judiciárias e gabinetes.

"O judiciário piauiense vem, continuamente, reduzindo o percentual de presos provisórios, especialmente, pela agilização do julgamento dos processos criminais e também pelo periódico reexame dos feitos criminais com réus presos provisoriamente há mais de 180 dias, conforme determinado pelo Tribunal e Justiça e acompanhado pela Corregedoria Geral da Justiça do estado", destacou o presidente.